

# MAPFRE Capitalização S.A.

CNPJ 09.382.998/0001-00



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Capitalização S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais.  
A MAPFRE Capitalização S.A. encerrou o exercício de 2016 com R\$ 50,7

milhões (R\$ 40,1 milhões em 2015) de receita líquida com títulos de capitalização.  
As provisões técnicas totalizaram, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 77,9 milhões (R\$ 65,3 milhões em 2015).  
O resultado do exercício de 2016, antes da tributação sobre o lucro e participações, foi de R\$ 8,0 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 4,5 milhões. Os acionistas deliberaram o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no total de R\$ 4,0 milhões, em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 16 de dezembro de 2016.  
Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 521/15, a MAPFRE Capitalização S.A., declara ter capacidade financeira e intenção de manter,

até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos até o vencimento".  
A Administração prevê para o próximo exercício a manutenção da trajetória de crescimento no segmento de Capitalização, promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados.  
Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e clientes a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017  
A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2016	2015	Passivo	Notas	2016	2015
<b>Circulante</b>		<b>96.490</b>	<b>72.006</b>	<b>Circulante</b>		<b>80.067</b>	<b>67.132</b>
Disponível		203	35	Contas a pagar		1.963	1.876
Caixa e bancos		203	35	Obrigações a pagar		10	1.413
<b>Aplicações</b>	5	<b>87.908</b>	<b>64.895</b>	Impostos e encargos sociais a recolher		51	290
<b>Créditos das operações de capitalização</b>	6	<b>5.663</b>	<b>5.445</b>	Encargos trabalhistas		445	163
Créditos das operações de capitalização		5.663	5.445	Impostos e contribuições	11	54	273
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>2.688</b>	<b>1.612</b>	<b>Depósitos de terceiros</b>		<b>162</b>	<b>-</b>
Títulos e créditos a receber		309	-	<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	12	<b>77.942</b>	<b>65.255</b>
Créditos tributários e previdenciários	7	2.035	1.469	Provisão para resgates		64.916	52.369
Depósitos judiciais e fiscais		-	2	Provisão para sorteio		12.888	12.802
Outros créditos		344	141	Provisão para distribuição de bônus		48	-
<b>Outros valores e bens</b>		<b>19</b>	<b>7</b>	Outras provisões		90	84
Outros valores		19	7	<b>Outros débitos</b>		<b>-</b>	<b>1</b>
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>9</b>	<b>12</b>	Provisões Judiciais	18	-	1
<b>Ativo não circulante</b>		<b>1.105</b>	<b>12.135</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>17.528</b>	<b>17.009</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>514</b>	<b>11.645</b>	Capital social		12.000	12.000
<b>Aplicações</b>	5	<b>290</b>	<b>11.514</b>	Reservas de lucros		5.528	5.009
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>224</b>	<b>131</b>				
Créditos tributários e previdenciários	7	224	131	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>97.595</b>	<b>84.141</b>
<b>Imobilizado</b>	8	<b>405</b>	<b>335</b>				
Bens móveis		405	335				
<b>Intangível</b>	9	<b>186</b>	<b>156</b>				
Outros intangíveis		186	156				
<b>Total do ativo</b>		<b>97.595</b>	<b>84.141</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

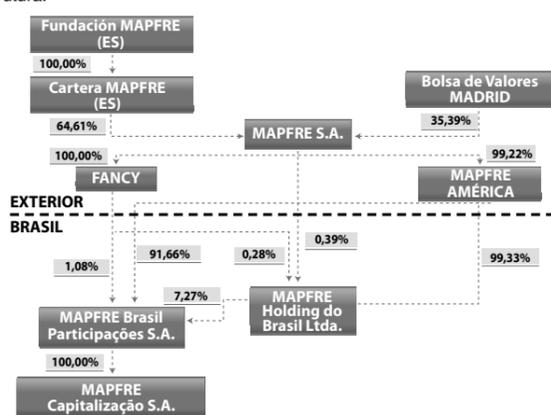
	Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>12.000</b>	<b>2.157</b>	<b>956</b>	<b>-</b>	<b>15.113</b>
Dividendos pagos antecipadamente - AGE de 23 de dezembro de 2015	-	(1.085)	-	(2.061)	(3.146)
Juros sobre capital próprio pagos antecipadamente - AGE de 23 de dezembro de 2015	-	-	-	(853)	(853)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.895	5.895
Distribuição lucro líquido:					
Reserva legal	-	-	295	(295)	-
Reserva estatutária	-	2.686	-	(2.686)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>12.000</b>	<b>3.758</b>	<b>1.251</b>	<b>-</b>	<b>17.009</b>
Dividendos pagos antecipadamente - AGE de 16 de dezembro de 2016	-	(2.834)	-	-	(2.834)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - AGE de 16 de dezembro de 2016	-	-	-	(1.166)	(1.166)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.519	4.519
Proposta de distribuição do lucro líquido:					
Reserva legal	-	-	226	(226)	-
Reserva estatutária	-	3.127	-	(3.127)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>12.000</b>	<b>4.051</b>	<b>1.477</b>	<b>-</b>	<b>17.528</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Capitalização S.A. (doravante denominada por "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social operar em planos de capitalização em todo o território nacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e está cadastrada no CNPJ sob o nº 09.382.998/0001-00. A Companhia integra o Grupo MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, bem como participação em outras sociedades com sede em São Paulo, Brasil. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do Grupo. Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo apresentava a seguinte estrutura:



#### 2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

**a) Declaração de conformidade:** Em consonância à Circular SUSEP nº 521/15 as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Companhia. Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2017. **b) Base para mensuração e moeda funcional:** As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Companhia é o Real. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. Notas 3b e 5 -

Aplicações financeiras; Notas 3g e 12 - Provisões técnicas; Notas 3h e 18 - Provisões, passivos e ativos contingentes; e Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social. **d) Segregação entre circulante e não circulante:** A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até 12 meses e posterior a 12 meses, respectivamente. **e) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Algumas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para os exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

#### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa, bancos e equivalentes de caixa:** Inclui caixa e saldos positivos em conta movimento utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo. **b) Aplicações financeiras:** A Companhia classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento e (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda e a classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. (i) **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. (ii) **Ativos mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. (iii) **Ativos disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. (iv) **Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósito de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota 5d. **c) Redução ao valor recuperável:** i. **Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Perda

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Notas	2016	2015
<b>(+) Receita líquida com títulos de capitalização</b>		<b>50.706</b>	<b>40.062</b>
(+) Arrecadação com títulos de capitalização	15a	183.546	136.790
(+/-) Variação da provisão para resgate	13	(132.840)	(96.728)
(+/-) <b>Variação das provisões técnicas</b>		<b>(59)</b>	<b>(20)</b>
<b>(+) Resultado com sorteio</b>		<b>(33.308)</b>	<b>(23.324)</b>
<b>(-) Custos de aquisição</b>	15b	<b>(2.363)</b>	<b>(4.074)</b>
<b>(+/-) Outras receitas e despesas operacionais</b>		<b>(1.036)</b>	<b>(1.424)</b>
(+) Outras receitas operacionais		270	-
(-) Outras despesas operacionais		(1.306)	(1.424)
<b>(-) Despesas administrativas</b>	15c	<b>(12.377)</b>	<b>(8.650)</b>
(+) Pessoal próprio		(5.632)	(5.012)
(+) Serviços de terceiros		(3.761)	(2.124)
(+) Localização e funcionamento	15c	(1.147)	(617)
(+) Publicidade e propaganda		(117)	(96)
(+) Publicações		(95)	(107)
(+) Donativos e contribuições		(89)	(73)
(+) Despesas administrativas diversas		(1.536)	(621)
<b>(-) Despesas com tributos</b>	15d	<b>(950)</b>	<b>(897)</b>
<b>(+) Resultado financeiro</b>	15e	<b>7.429</b>	<b>6.446</b>
(+) Receitas financeiras		11.797	9.815
(-) Despesas financeiras		(4.368)	(3.369)
<b>(=) Resultado operacional</b>		<b>8.042</b>	<b>9.543</b>
<b>(+) Ganhos ou perdas com ativos não correntes</b>		<b>-</b>	<b>12</b>
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>8.042</b>	<b>9.554</b>
(-) Imposto de renda	16a	(1.492)	(2.162)
(-) <b>Contribuição social</b>	16a	<b>(1.263)</b>	<b>(1.503)</b>
(-) <b>Participações sobre o lucro</b>		<b>(766)</b>	<b>6</b>
<b>(=) Lucro líquido do exercício</b>		<b>4.519</b>	<b>5.895</b>
<b>(/) Quantidade de ações</b>		<b>12.000.000</b>	<b>12.000.000</b>
<b>(=) Lucro líquido por ação</b>		<b>0,38</b>	<b>0,49</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.519</b>	<b>5.895</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos:</b>	<b>4.519</b>	<b>5.895</b>
<b>Atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>4.519</b>	<b>5.895</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>4.519</b>	<b>5.895</b>
<b>Ajustes para:</b>	<b>4.296</b>	<b>17.468</b>
Depreciação e amortizações	209	272
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	-	(12)
Variação das provisões técnicas	4.088	17.208
Provisões judiciais	(1)	-
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>8.815</b>	<b>23.363</b>
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>	<b>(1.043)</b>	<b>(15.992)</b>
Aplicações financeiras	(11.789)	(13.288)
Créditos das operações de capitalização	(218)	4.228
Créditos tributários e previdenciários	(659)	1.068
Despesas antecipadas	3	(12)
Outros ativos	(522)	-
Impostos e contribuições	3.118	1.968
Débitos de operações de capitalização	-	(156)
Depósitos de terceiros	162	-
Provisões técnicas - capitalização	8.599	(9.691)
Outras contas a pagar	263	(109)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>7.772</b>	<b>7.371</b>
Imposto de renda sobre o lucro pago	(1.895)	-
Contribuição social sobre o lucro pago	(1.575)	(2.032)
<b>Caixa gerado/(consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>4.302</b>	<b>(1.381)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	28	162
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(207)	(191)
Intangível	(130)	(92)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(309)</b>	<b>(121)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Juros sobre o capital próprio pagos	(991)	(726)
Dividendos pagos	(2.834)	(3.146)
<b>Caixa consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(3.825)</b>	<b>(3.872)</b>
<b>Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>168</b>	<b>(35)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	35	70
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	203	35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. ii. **Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos a depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente. É reconhecida uma perda por imparidade pelo montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que

continua

## MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ nº 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização. **d) Imobilização:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia, sendo demonstrado pelo custo histórico. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data de cada fechamento e reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 8. **e) Intangível:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **f) Provisões técnicas:** A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) é constituída para cada título em vigor ou suspenso e considera a parcela dos valores arrecadados para capitalização, sendo capitalizada mensalmente pelo indexador e taxas de juros definidas no plano até o resgate ou cancelamento do título em conformidade com a nota técnica atuarial. Taxas e carregamento dos principais títulos:

Processo SUSEP	Carregamento	Tipo	%	Taxa
15414.000959/2008-16		PU	25	7,5
15414.000962/2008-30		PU	15	7,5
15414.005390/2011-81		PU	5,79	7,5
15414.900556/2013-36		PU	5,79	7,5
15414.901225/2013-13		PU	16,46	7,5
15414.900281/2015-01		PU	2	7,5

A Provisão para Resgate (PR) é constituída para cada título vencido e antecipado cujo saldo é atualizado pelo indexador do plano desde a data do respectivo evento até a data do efetivo pagamento do valor de resgate. A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) é constituída para fazer face aos prêmios provenientes de sorteios futuros e seu saldo representa o valor presente dos sorteios já custeados e ainda não realizados. A Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteio e ainda não pagos. Os valores são atualizados monetariamente desde a data do sorteio até a data efetiva do pagamento. A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) é constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, devendo ser calculada para cada título (cujo plano estabeleça a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes. A Provisão de Despesa Administrativa (PDA) é constituída para cobrir as despesas relacionadas às operações dos títulos de capitalização.

**g) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável". Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **h) Benefícios aos empregados:** i. *Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. ii. *Obrigações com aposentadorias:* Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a MAPFRE Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas ao resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. iii. *Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos ao resultado à medida que são incorridos. i) *Receitas e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros são reconhecidos no resultado. j) *Operações de capitalização:* A receita com títulos de capitalização de pagamento único é reconhecida quando da emissão dos respectivos títulos. O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma da contabilização da receita. k) *Imposto de renda e contribuição social:* O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

**l) Participações nos lucros:** A Companhia registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrida nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

## 4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança

corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (Compliance), são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco da Companhia. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a empresa investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a MAPFRE conta com os seguintes comitês: *Comitê Executivo:* cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de Compliance tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. *Comitê de Auditoria:* órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras individuais, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de Compliance, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. *Comitê de Estratégia Financeira:* constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. *Comitê de Riscos e Compliance:* constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas. A partir de julho de 2015, a Companhia implantou o Comitê de Administração e Meios da Regional Brasil objetivando que a estrutura de governança seja mais efetiva e dinâmica, onde o acompanhamento dos assuntos de gestão de risco, atuarial e controle interno, passam a ser analisados e avaliados por este comitê. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Companhia está exposta, a auditoria interna possui um importante papel, onde a sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao seu perfil. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao sistema de controle interno. O escopo, da auditoria interna, está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **a) Risco de subscrição:** Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazos, em função disto, utilizamos premissas baseadas nas experiências atuariais de nossa carteira para realizar a gestão dos riscos envolvidos. Os riscos podem ser listados em: Risco de sorteio, que implica na possibilidade da empresa pagar prêmios de títulos sorteados em séries não integralizadas. A área de Controladoria juntamente com a Unidade de negócio realizam estudos de viabilidade das séries a serem comercializadas, de forma a conhecer a quantidade mínima de títulos a serem vendidos para séries não integralizadas. Com esse estudo é possível mensurar os esforços de vendas para que o risco de pagamentos de prêmios de sorteios em séries não integralizadas seja minimizado. Risco de persistência ou comportamento, que implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título. A Administração avalia que a probabilidade de ocorrência desse tipo de risco é reduzida uma vez que, comportamento de inadimplência é mais acentuada na modalidade "popular" onde a Companhia não opera atualmente. Risco de despesas administrativas, onde a Companhia tem que arcar com despesas em séries não comercializadas em sua totalidade. Atualmente esse tipo de risco é gerenciado no momento do lançamento da série, onde a Companhia realiza um estudo preliminar de viabilidade onde indica o número mínimo de cotas a serem comercializadas para a Companhia não ter prejuízos com despesas administrativas, caso o número mínimo for factível de vendas de acordo com as condições de mercado e histórico da Companhia, a mesma é lançada, caso contrário, não. Risco de garantir a rentabilidade pré-definida para as reservas matemáticas aprovadas nas condições gerais dos títulos de capitalização. A Companhia gerencia esse tipo de Risco determinando parâmetros mínimos de rentabilidade estipulados para o Gestor dos recursos, sendo a rentabilidade monitorada periodicamente e discutida nas reuniões do comitê financeiro. **b) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a Companhia. A Companhia possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, a área de Riscos e Compliance realiza tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento é realizado para ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos, empresa do mesmo Grupo Econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*. A Companhia utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de *stress* de mercado. Os testes realizados levam em consideração, cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre ativos e passivos financeiros da Companhia. *Rating da carteira de aplicações:* No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público e operações compromissadas com lastro em Título Público Federal como demonstrado no quadro abaixo:

pagar. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Comitê de Administração e Meios.

**A vencer em até acima de**

2016	1 ano	1 ano	Total
Caixa e equivalentes de caixa	203	-	203
Aplicações financeiras	87.908	290	88.198
Créditos das operações de capitalização	5.663	-	5.663
Outros ativos	2.716	224	2.940
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>96.490</b>	<b>514</b>	<b>97.004</b>
Contas a pagar	1.963	-	1.963
Provisões técnicas - capitalização	77.942	-	77.942
Outros passivos	162	-	162
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>80.067</b>	<b>-</b>	<b>80.067</b>

**A vencer em até acima de**

2015	1 ano	1 ano	Total
Caixa e equivalentes de caixa	35	-	35
Aplicações financeiras	64.895	11.514	76.409
Créditos das operações de capitalização	5.445	-	5.445
Outros ativos	1.620	130	1.750
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>71.995</b>	<b>11.644</b>	<b>83.639</b>
Contas a pagar	1.876	-	1.876
Provisões técnicas - capitalização	65.255	-	65.255
Outros passivos	1	-	1
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>67.132</b>	<b>-</b>	<b>67.132</b>

**d) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços dos ativos financeiros decorrentes de oscilações de mercado, tais como taxas de juros, câmbio e preços de ações, que podem impactar no resultado da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é demonstrar, gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados em que a Companhia está exposta, obedecendo os parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, colaborando com a otimização do retorno dos investimentos realizados. Este risco é mensurado pela área de Riscos e Compliance, com base em cenários de *stress*, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*. Diariamente a área de Riscos e Compliance acompanha os resultados decorrentes do cálculo do *VaR* e verifica a aderência aos limites estabelecidos, os resultados são apresentados mensalmente nas reuniões do Comitê de Estratégia Financeira, visando identificar eventuais necessidades de realocação de ativos. Porém na ocorrência de extrapolação dos limites definidos, imediatamente os membros dos Comitês competentes são informados para deliberação da manutenção ou encerramento das exposições em risco. **Sensibilidade à taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) Taxa de juros; e (ii) Cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da sua relevância nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Companhia não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, mesmo assim, os títulos classificados nessa categoria foram mantidos para cálculo da análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro total de R\$ 100.667 (R\$ 85.753 em 31 de dezembro de 2015). Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base da demonstração financeira.

**Impacto no Patrimônio líquido/resultado**

	2016	2015
Elevação/(redução) da taxa de juros	882	764

**Fator de risco**

Elevação/(redução) da taxa de juros

Parâmetros: 100 *basis points* nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015. **Limitações da análise de sensibilidade:**

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir à venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Companhia de possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **e) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoas, tecnologia e infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais. • Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento com as exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; e • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação de Compliance para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional em que a matriz de riscos corporativos que é atualizada regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles e melhorias implantadas nas diversas áreas internas. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria. **f) Gestão de capital:** O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. a) Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital: Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/15 (alterada pela Resolução nº 343/2016), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco (CR). A Companhia está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional como demonstrado abaixo:

Títulos	2016		2015	
	AA-	Sem Rating	AAA	
<b>I. Valor justo por meio do resultado</b>	<b>75.982</b>	<b>15</b>	<b>64.895</b>	
<b>Fundos Exclusivos</b>				
Letras financeiras do tesouro - LFT	74.189	-	50.248	
Operações compromissadas (*)	1.308	-	14.005	
Títulos da dívida agrária - TDA	485	-	656	
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	-	15	(14)	
<b>III. Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>12.201</b>	<b>-</b>	<b>11.514</b>	
<b>Fundos exclusivos</b>				
Notas do tesouro nacional - NTN-F	12.201	-	11.514	
<b>Total geral</b>	<b>88.183</b>	<b>15</b>	<b>76.409</b>	

(\*) com lastro em títulos públicos. **c) Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar os seus compromissos, quanto às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo financeiro em caixa necessário para quitação de uma obrigação. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Companhia para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações à medida que estas atingem seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de resgates e sorteios a

continua

\* continuação

## MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ nº 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

<b>1. Ajustes contábeis</b>			<b>Capital mínimo requerido (c)</b>	<b>10.800</b>
Patrimônio líquido (+/-)	17.528		<b>Suficiência de capital (d = a + b - c)</b>	<b>17.337</b>
Despesas antecipadas (-)	(9)		<b>Suficiência de capital (d/c)</b>	<b>161%</b>
Ativos intangíveis (-)	(186)		<b>Índice de Solvência (e = (a + b)/c)</b>	<b>2,61</b>
<b>Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)</b>	<b>17.333</b>		Conforme disposições transitórias, alínea "a", parágrafo 4º do artigo 50, da Resolução CNSP 321/15 o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponderá a 50% em 31 de dezembro de 2016. O capital remanescente é exigido em até 31 de dezembro de 2017. As Normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta liquidez de 81% equivalente a R\$ 2.160 como se segue:	
<b>2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos</b>			Capital de risco (a)	2.358
Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento (+/-)	(5)		Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 343/165- 20% sobre CR	435%
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contingências registradas (+)	10.809		Ativos livres - vide nota explicativa 12	10.256
<b>Ajustes econômicos (b)</b>	<b>10.804</b>		<b>5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS</b>	
<b>3. Capital mínimo requerido</b>			<b>a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico:</b> Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.	
Capital-base - CB	10.800			
<b>Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)</b>	<b>2.358</b>			
Capital de risco de crédito	942			
Capital de risco de subscrição	1.073			
Capital de risco operacional	544			
Capital de risco de mercado	198			
Correlação entre os riscos	(399)			

	Vencimento			Ativos				Total					
	2016			2016				2016		2015			
	(A)	(B)	(C)	(E = A + B + C)	(D)	(E)	(E - D)	(D)	(F)				
<b>Títulos</b>													
<b>I. Valor justo por meio do resultado</b>													
<b>Fundos de investimentos</b>													
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	74.189	-	74.189	74.189	74.189	-	74.189	97%	50.248	77%	
Operações compromissadas (*)	1	1.308	-	-	1.308	1.308	1.308	-	1.308	2%	14.005	22%	
Títulos da dívida agrária - TDA	2	262	223	-	485	485	485	-	485	1%	656	1%	
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	1	15	-	-	15	15	15	-	15	0%	(14)	0%	
<b>III. Títulos mantidos até o vencimento</b>													
<b>Fundos de investimentos</b>													
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	11.911	-	290	12.201	12.201	12.193	(8)	12.201	100%	11.514	100%	
<b>Total geral</b>		<b>13.496</b>	<b>74.412</b>	<b>290</b>	<b>88.198</b>	<b>88.198</b>	<b>88.190</b>	<b>(8)</b>	<b>88.198</b>		<b>76.409</b>		

(\*) com lastro em títulos públicos

**b) Movimentação das aplicações financeiras:**

Descrição	2015	Aplicações	Resgates	Rendimentos/atualizações	2016	Veículos	20%	308	Adições	127	Depreciação	(61)	Transferências	3	Baixas	(150)	2015
Aplicações	76.409	105.217	(105.079)	11.651	88.198	Móveis e utensílios	10%	3	29	(22)			34	-	44		
<b>Total</b>	<b>76.409</b>	<b>105.217</b>	<b>(105.079)</b>	<b>11.651</b>	<b>88.198</b>	Equipamentos	20%	154	35	(40)			(85)	-	64		
						<b>Total</b>		<b>465</b>	<b>191</b>	<b>(123)</b>			<b>(48)</b>	<b>(150)</b>	<b>335</b>		

Descrição	2014	Aplicações	Resgates	Rendimentos/atualizações	2015	Projetos de informática	20%	156	Adições	130	Amortização	(100)	Transferências	-	Baixas	-	2016
Aplicações	63.121	80.592	(76.818)	9.514	76.409	<b>Total</b>		<b>156</b>	<b>130</b>	<b>(100)</b>			<b>(100)</b>	<b>-</b>	<b>186</b>		
<b>Total</b>	<b>63.121</b>	<b>80.592</b>	<b>(76.818)</b>	<b>9.514</b>	<b>76.409</b>	<b>Total</b>		<b>166</b>	<b>92</b>	<b>(151)</b>			<b>(151)</b>	<b>49</b>	<b>156</b>		

A Companhia possui capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados como mantidos até o vencimento. c) **Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação. d) **Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Todas as aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são Nível 1.**6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO**

Créditos das Operações de Capitalização	Vencidos 31				Total Geral
	A vencer	a 30 dias	a 180 dias	a 360 dias	
	4.404	770	246	243	5.663

**7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

Ativo	2016	2015
<b>Total circulante</b>	<b>2.035</b>	<b>1.469</b>
IRPJ - Adições temporárias	124	73
CSLL - Adições temporárias	100	58
<b>Total não circulante</b>	<b>224</b>	<b>131</b>

**8. IMOBILIZADO**

Veículos	20%	227	Adições	179	Depreciação	(71)	Baixas	(28)	2016	2015
Móveis e utensílios	10%	44	-	-	(14)	-	30			
Equipamentos	20%	64	28	(24)	-	68				
<b>Total</b>		<b>335</b>	<b>207</b>	<b>(109)</b>	<b>(28)</b>	<b>405</b>				

**13. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS**

2016	Provisão matemática para capitalização (PMC)	Provisão para resgate (PR)	Provisão para sorteios a realizar (PSR)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisão distribuição de bônus (PDB)	Provisões administrativas de títulos de capitalização	Total das provisões
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>50.791</b>	<b>1.578</b>	<b>5</b>	<b>12.797</b>	<b>-</b>	<b>84</b>	<b>65.255</b>
Constituição de provisão	134.306	(33)	39.378	39.367	47	-	213.065
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	4.003	35	-	271	2	5	4.316
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(40.675)	-	-	(40.675)
Resgate solicitado	-	-	-	-	-	-	-
Pagamento de resgates	-	(124.410)	-	-	(1)	-	(124.411)
Títulos cancelados	(1.220)	-	-	-	-	-	(1.220)
Constituição despesas administrativas	-	-	-	-	-	199	199
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-	-	(198)	(198)
Baixa de sorteio decorrido	-	-	(39.378)	-	-	-	(39.378)
Transferência PRA	(83.520)	83.519	-	-	-	-	(1)
Transferência PRV	(41.898)	41.898	-	-	-	-	-
Transferência PDB	-	1	-	-	-	-	1
Outros ajustes	(129)	(5)	-	1.123	-	-	989
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>62.333</b>	<b>2.583</b>	<b>5</b>	<b>12.883</b>	<b>48</b>	<b>90</b>	<b>77.942</b>
2015	Provisão matemática para capitalização (PMC)	Provisão para resgate (PR)	Provisão para sorteios a realizar (PSR)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisão para sorteios a pagar (PSP)	Provisões administrativas de títulos de capitalização	Total das provisões
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>47.332</b>	<b>2.687</b>	<b>4</b>	<b>7.656</b>	<b>60</b>	<b>57.739</b>	
Constituição de provisão	96.728	-	23.324	-	-	120.052	
Atualização monetária e juros sobre provisão técnica	3.000	113	-	206	4	3.323	
Pagamento de títulos sorteados	-	-	-	(32.109)	-	(32.109)	
Resgate solicitado - transferência de PMC para PR	(96.433)	-	-	-	-	(96.433)	
Pagamento de resgates	-	(97.634)	-	-	-	(97.634)	
Transferência PMC para PR	-	96.433	-	37.044	-	133.477	
Constituição de despesas administrativas	-	-	-	-	182	182	
Baixa de despesas administrativas	-	-	-	-	(162)	(162)	
Baixa de sorteios decorridos	-	-	(23.323)	-	-	(23.323)	
Outros ajustes	164	(21)	-	-	-	143	
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>50.791</b>	<b>1.578</b>	<b>5</b>	<b>12.797</b>	<b>84</b>	<b>65.255</b>	

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a) Capital social:	2016	2015
b) <b>Reserva legal:</b> Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. c) <b>Dividendos:</b> Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas. Para o exercício de 2016, a Companhia realizou o pagamento de dividendos aos acionistas de R\$ 2.834 e juros sobre o capital próprio de R\$ 1.166. O montante creditado a título de juros reduziu a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, gerando um efeito tributário positivo de R\$ 524. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:		
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Lucro líquido do exercício	4.519	5.895
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	-	2.061
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	1.166	853
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	2.834	1.085
<b>Total de dividendos distribuídos e juros sobre o capital próprio pagos</b>	<b>4.000</b>	<b>3.999</b>
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	89%	68%
<b>Distribuição dos dividendos:</b>		
Dividendos distribuídos para as ações ordinárias	2.834	3.146
Quantidade de ações:		
Ações ordinárias		
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio distribuído por ação:</b>		
Ações ordinárias	0,24	0,26
d) <b>Reserva estatutária:</b> Conforme previsto no artigo 24º do Estatuto Social, a parcela remanescente do lucro anual, não destinada à constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, foi transferida à conta de reserva estatutária.		

**15. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO**

a) Arrecadação com títulos de capitalização:	2016	2015
Tradicional	53.667	43.179
Cancelamento de títulos de capitalização	(1.735)	(598)
<b>Total</b>	<b>183.546</b>	<b>136.790</b>
<b>b) Custos de aquisição</b>		
Comissões	(2.221)	(2.355)
Desconto na emissão	-	(1.424)
Outros custos	(142)	(295)
<b>Total</b>	<b>(2.363)</b>	<b>(4.074)</b>

continua

-continuação-

## MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ nº 09.382.998/0001-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

## c) Despesas administrativas

	2016	2015
Pessoal próprio	(5.632)	(5.012)
Serviços de terceiros	(3.761)	(2.124)
Localização e funcionamento	(938)	(344)
Depreciação e amortizações	(209)	(273)
Despesas com publicidade	(117)	(96)
Publicações	(95)	(107)
Donativos e contribuições	(89)	(73)
Despesas administrativas diversas	(1.536)	(621)
<b>Total</b>	<b>(12.377)</b>	<b>(8.650)</b>

## d) Despesas com tributos

	2016	2015
COFINS	(654)	(669)
PIS	(106)	(109)
Taxa de fiscalização	(172)	(102)
Outros	(18)	(17)
<b>Total</b>	<b>(950)</b>	<b>(897)</b>

## e) Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas com títulos de renda fixa privados	11.651	9.514
Outras receitas financeiras eventuais	146	301
Despesas financeiras com provisões técnicas - capitalização	(4.316)	(3.324)
Despesas financeiras eventuais	(52)	(45)
<b>Total</b>	<b>7.429</b>	<b>6.446</b>

## 16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro antes dos impostos e após participações</b>	<b>7.274</b>	<b>7.274</b>	<b>9.560</b>	<b>9.560</b>
<b>Juros sobre capital próprio</b>	<b>(1.166)</b>	<b>(1.166)</b>	<b>(853)</b>	<b>(853)</b>
<b>Lucro antes dos impostos e após JCP</b>	<b>6.108</b>	<b>6.108</b>	<b>8.707</b>	<b>8.707</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes	(1.503)	(1.222)	(2.153)	(1.306)
Acréscimo da alíquota de 15% para 20% da CSLL	-	-	-	(200)
Diferenças temporárias	(52)	(41)	40	27
Diferenças permanentes	(46)	(37)	(63)	(17)
Deduções incentivadas	63	-	49	-
Ajuste adição temporária	(6)	(4)	5	3
<b>Tributo corrente antes das compensações</b>	<b>(1.544)</b>	<b>(1.304)</b>	<b>(2.122)</b>	<b>(1.493)</b>
Constituição/reversão de crédito tributário	52	41	(40)	(27)
Efeito - aumento da alíquota da CSLL	-	-	-	17
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(1.492)</b>	<b>(1.263)</b>	<b>(2.162)</b>	<b>(1.503)</b>

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar:** O imposto de renda e contribuição social diferido e tributos a compensar em 31 de dezembro 2016 e 31 de dezembro de 2015 e variação no período referem-se a:

Ativo	2016	2015	Resultado
Saldo negativo de IRPJ	262	-	
Saldo negativo de CSLL	158	-	
IRPJ a compensar	1.345	1.217	574
CSLL a compensar	269	243	(8)
IRRF - Devolvido a compensar	-	2	-
ISS - Devolvido a compensar	1	3	-
CSRF - Devolvido a compensar	-	4	-
<b>Total circulante</b>	<b>2.035</b>	<b>1.469</b>	<b>566</b>
<b>Ativo</b>	<b>2.034</b>	<b>1.460</b>	<b>574</b>
Tributos a compensar	1	9	(8)
Tributos retidos na fonte	-	-	-
Antecipação de IRPJ/CSLL	-	-	-
<b>Total circulante</b>	<b>2.035</b>	<b>1.469</b>	<b>566</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outras provisões	8	9	(1)
Provisão para participação nos lucros	216	122	94
<b>Total não circulante</b>	<b>224</b>	<b>131</b>	<b>93</b>

**b) Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar:** O imposto de renda e contribuição social diferido e tributos a compensar em 31 de dezembro 2016 e 31 de dezembro de 2015 e variação no período referem-se a:

Ativo	2016	2015	Resultado
Saldo negativo de IRPJ	262	-	
Saldo negativo de CSLL	158	-	
IRPJ a compensar	1.345	1.217	574
CSLL a compensar	269	243	(8)
IRRF - Devolvido a compensar	-	2	-
ISS - Devolvido a compensar	1	3	-
CSRF - Devolvido a compensar	-	4	-
<b>Total circulante</b>	<b>2.035</b>	<b>1.469</b>	<b>566</b>
<b>Ativo</b>	<b>2.034</b>	<b>1.460</b>	<b>574</b>
Tributos a compensar	1	9	(8)
Tributos retidos na fonte	-	-	-
Antecipação de IRPJ/CSLL	-	-	-
<b>Total circulante</b>	<b>2.035</b>	<b>1.469</b>	<b>566</b>
<b>Diferenças temporárias:</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outras provisões	8	9	(1)
Provisão para participação nos lucros	216	122	94
<b>Total não circulante</b>	<b>224</b>	<b>131</b>	<b>93</b>

## 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

**a) Operações de capitalização**

	2016	2015
MAPFRE Consórcio S.A. Coligada	42	(4)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. Coligada	34.546	(10.596)
MAPFRE Vida S.A. Coligada	6.358	(431)
MAPFRE Assistência Ltda. Coligada	29	(4)
<b>Total</b>	<b>40.975</b>	<b>(11.035)</b>

**b) Compartilhamento de despesas administrativas**

	2016	2015
MAPFRE Consórcio S.A. Coligada	-	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A. Coligada	3.721	(11.345)
MAPFRE Vida S.A. Coligada	484	(709)
MAPFRE Assistência Ltda. Coligada	-	(13)
<b>Total</b>	<b>4.205</b>	<b>(12.067)</b>

**Partes relacionadas**

	2016	2015
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	40	(1)
MAPFRE Investimentos Ltda.	23	(20)
MAPFRE Administradora de Consórcio S.A.	59	(15)
MAPFRE Assistência Ltda.	3	(5)
MAPFRE Brasil Participações S.A.	2	(6)
MAPFRE Holding do Brasil Ltda.	2	-
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	1	-
MAPFRE Previdência S.A.	67	(43)
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda.	8	-
MAPFRE Saúde Ltda.	18	(12)
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	28	(169)
<b>Total</b>	<b>251</b>	<b>(271)</b>

**Partes relacionadas**

	2016	2015
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda.	3	-
MAPFRE Investimentos Ltda.	1	-
MAPFRE Administradora de Consórcio S.A.	15	-
MAPFRE Brasil Participações S.A.	-	-
MAPFRE Holding do Brasil Ltda.	50	-
MAPFRE Investimentos e Participações S.A.	-	-
MAPFRE Previdência S.A.	49	-
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	-	(292)
<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>(292)</b>

**c) Remuneração da Administração:** É estabelecido anualmente por meio da Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos Administradores, no montante de R\$ 334 (R\$ 353 em 31 de dezembro de 2015).

**18. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**a) Processos judiciais:**

**I. Cível**

**II. Trabalhista**

**III. Tributário**

**Total**

**Cível**

**Provável**

**Perda possível**

**Total**

**b) PIS e COFINS:** Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Companhia passou a considerar para a apuração do PIS e da COFINS apenas as receitas de título de capitalização, deixando de considerar as demais receitas. Com a entrada em vigor das alterações dispostas na Lei nº 12.973/2014, a partir de 1º de janeiro de 2015, a Administração, amparada por seus consultores jurídicos, entende que referida lei não alterou a base de cálculo do PIS e da COFINS, concluindo-se que as receitas de capitalização são as únicas receitas que compõem o faturamento da Companhia. O risco de perda é avaliado como possível no montante de R\$1.848. **c) Planos de previdência complementar:** A Companhia possui plano de previdência complementar a seus colaboradores, as contribuições efetuadas no período montam R\$ 85 (R\$ 56 em 2015). O regime do plano é de contribuição definida.

**Quantidade**

**Reclamado**

**Provisionado**

continuação

**MAPFRE Capitalização S.A. - CNPJ nº 09.382.998/0001-00****RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA****Demonstrações financeiras do semestre****Fim do 31 de dezembro de 2016**

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Previdência S.A. e MAPFRE Capitalização S.A., foi instituído nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente as exigências da legislação vigente.

O Comitê é composto por 3 membros eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de outubro de 2016, sendo estes profissionais independentes e conhecedores das normas da Superintendência de Seguros Privados, e do ordenamento jurídico brasileiro.

O Comitê no exercício de suas principais atribuições tomou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou o acompanhamento dessas rotinas como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes.

Acompanhou o processo de elaboração das demonstrações financeiras das Companhias, mediante reuniões com os administradores e responsáveis da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela execução da auditoria, das demonstrações contábeis, conforme normas vigentes. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira das Companhias, de

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Societária Brasileira, normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O Comitê reuniu-se com os principais executivos das Companhias, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócios, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações.

**Conclusão**

Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas suas revisões e avaliações, o Comitê de Auditoria das empresas MAPFRE Previdência S.A. e MAPFRE Capitalização S.A., entende que as suas demonstrações financeiras, acompanhadas pelas notas explicativas para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016, auditadas pela KPMG Auditores Independentes estão adequadas e foram elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas.

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2017

Nilton Maia Sampaio - Coordenador

Mário de Almeida Rossi  
Membro TitularRogério Soares  
Membro Titular**PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES**

Aos Conselheiros e Diretores da

**MAPFRE Capitalização S.A.**

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da MAPFRE Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e sobre demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Capitalização S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência acima referidos da MAPFRE Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos certas divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio do FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita acima.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017



KPMG Financial Risk &amp; Actuarial Services Ltda.

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

**Anexo I****MAPFRE Capitalização S.A.***(Em milhares de Reais)*

<b>1. Provisões Técnicas</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>	<b>77.942</b>
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Provisões Técnicas (a)</b>	77.942
Valores redutores (b)	-
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>77.942</b>
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	<b>31/12/2016</b>
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	2.358
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>10.800</b>
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	<b>31/12/2016</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	17.333
Ajustes econômicos (b)	10.804
Exigência de Capital (CMR) (c)	10.800
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (d = a + b - c)</b>	<b>17.337</b>
Ativos Garantidores (e)	88.198
Total a ser Coberto (f)	77.942
<b>Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (g = e - f)</b>	<b>10.256</b>
Ativos Líquidos (h)	10.256
Capital de Risco (CR) (i)	2.358
<b>Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (h / i)</b>	<b>435%</b>

(\*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

Joel Garcia  
Atuário MIBA 1131

**Certificação Digital. Segura, ágil e 100% confiável.**

**Imprensa Oficial, a Autoridade Certificadora Oficial do Governo do Estado de São Paulo.**

Modernidade: empresa pioneira no uso da Tecnologia de Certificação Digital na administração pública.

Solidez e credibilidade: mais de 100 anos atuando com empreendedorismo, transparência e compromisso social.

Excelência em qualidade: Autoridade Certificadora com ISO 9001:2008 em Certificação Digital.

Garantia: alto nível em Segurança da Informação.

Conheça tudo o que a Certificação Digital da Imprensa Oficial pode oferecer para você.

[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

IMAGENS ILUSTRATIVAS